

Revisões do cânone literário (poesia): momentos decisivos (sécs. XVII-XXI)

e a questão do registro homoerótico

Horácio Costa (USP)

Para António Fernando Cascais

O presente ensaio parte do pressuposto que a revisão canônica encetada nas literaturas portuguesa e brasileira pela inclusão da variável da expressão da homoerótica ou da diversidade sexual, que timidamente se insinua nas décadas que vivemos, equivale àqueles momentos decisivos nos quais, ao longo de aproximadamente quatrocentos anos, poetas e críticos (ou comentaristas) de poesia refletiram sobre o transunto da relação poesia-sociedade e história no âmbito das literaturas portuguesa e brasileira. O móvel que me leva a refletir sobre o tema é uma inquietação intelectual minha, como poeta homossexual, que nasce da impressão de que, para muitos poetas homossexuais jovens, o sentido do passado literário encontra-se em suspenso diante da recente inclusão das características sexualmente diversas de sua voz em cena, como se essa pudesse materializar-se *out of the blue* e não no devir ao qual pertence. Essa situação está ligada basicamente à falta de memória da expressão homoerótica no ensino e na percepção geral da poesia escrita em língua portuguesa. No caso da poesia brasileira, causa espécie que o Modernismo, geralmente tido como o seu momento mais representativo, tenha escamoteado a expressão poética homoerótica, ao contrário do que sucede na maioria das literaturas ocidentais, inclusive a portuguesa. Privados de modelos e/ou exemplos, em resumo: privados de *memória*, em função do cabotinismo da crítica literária –e mesmo de muitos poetas-,¹ correm um duplo risco: podem sentir-se supérfluos no processo como um todo, repetindo a experiência de gerações e gerações de congêneres seus no *racconto* que, ao fim e ao cabo, constitui o cânone; e podem considerar que *they can do without it*, enfim: que estão aptos a sobreviver literariamente de modo autônomo a esse passado. Não adoto, aqui, o ponto de vista daqueles que temem o efeito “balcanizador” da pós-modernidade na república das letras, tal e como algumas vezes se referiu à “ameaça” que a emergência que as vozes minoritárias representariam sobre essa tradição tão cuidadosa e heteronormativamente construída (recordo-me, p.ex., dos escritos de um Octavio Paz ou de um Harold Bloom a esse respeito). Falo, sim, de um ponto de vista contrário: o risco maior que correm os poetas homossexuais é o de perpetuarem-se na velha posição excêntrica –ou, como se dizia há algumas décadas no Brasil, e não sem aura: marginal-, cujo previsível resultado, com o passar do tempo, será o diminuir-se até a irrelevância o registro homossexual que ora começa a esboçar-se. Nesse sentido, pensar o cânone, do qual este sempre esteve ausente, passa a ser uma estratégia para a ampliação e manutenção de uma posição dialógica ainda frágil desse mesmo e novel registro frente ao *statu quo ante*. Em soma: as linhas que seguem obedecem a um intento

¹ Cf., de minha autoria e sobre esses aspectos, “O cânone impermeável: Homoerotismo nas poesias brasileira, portuguesa e mexicana do Modernismo” (COSTA *et. al.*, 2010: 101-110), e “Eclipse, boi que fala, cataclisma” (COSTA, 2009: 31-41) no qual trato a extensíssima correspondência de Mário de Andrade com Manuel Bandeira acerca de um verso de provável teor homoerótico escrito pelo primeiro e censurado –não há melhor termo- pelo segundo, relativo ao poema *Girasol da madrugada* (*sic.*), de Mário de Andrade, incluído no *Livro Azul* (1940).

propedêutico sobre o qual parece-me necessário chamar atenção, e este tatibitate texto aproveita a oportunidade para fazê-lo.

Com propriedade, pode-se argüir que a preocupação com o estabelecimento de um cânone literário português data de meados do séc. XVII, com a campanha de comentaristas da obra camoniana como Manuel de Faria e Sousa, Severim de Faria e Tomé de Faria pela valorização da poesia de Camões no contexto da União Ibérica (1580-1640), a partir da apreciação objetiva d' *Os Lusíadas* como uma epopéia exemplar, como bem menciona Maria Lucília Gonçalves Pires em *A crítica camoniana no séc. XVII*. Ou seja, da apreciação crítica –por exemplo, que leva a que “uma grande parte das leituras d' *Os Lusíadas* fazem a exaltação do poema seguindo este caminho: demonstrar que se trata dum poema perfeito, porque obedece perfeitamente aos conceitos do gênero” (PIRES, 1982: 17)-, acede-se à exemplaridade política da obra –ao menos “na perspectiva de Tomé de Faria”, quem explicita que “a leitura d' *Os Lusíadas* devia alimentar a atitude de resistência ao domínio espanhol” (cit.: 43)-. Devido a este duplo sentido, o resultado passa a ter um critério conjunto, político-literário, já que a defesa de Camões vem estruturada ao redor daquela da autonomia da nação diante do avanço do centralismo castelhano sob Felipe III e IV da Espanha. Nesse âmbito, o fator *nacionalista*, para lá do lingüístico, torna-se fundamental: de um modo geral, os comentaristas camonianos no séc. XVII que defendem o primado de Camões como o grande poeta das Espanhas sabem que ao fazê-lo cultivam igualmente a autonomia literária (e lingüística...) de Portugal em meio ao júbilo castelhano pela excelência e prestígio internacional do “Siglo de Oro” e do barroco hispânico. Sublinhe-se, assim, que o estabelecimento de um pensamento canonizador em Portugal coincide com a promoção de uma postura de proteção do patrimônio próprio contra uma ameaça externa real. Tal não sucede, entretanto, em contextos menos ameaçados em sua autonomia política ou cultural no processo de “invenção” de um cânone literário em língua vernácula –valha como exemplo a *Querelle des Anciens et des Modernes* na França de Luís XIV-. Nesse sentido, o debate propriamente literário-crítico, centrado na discussão sobre a qualidade e engenhosidade dos poetas modernos frente à autoridade da tradição da Antiguidade, que assiste à escritura já em 1549 da *Défense et illustration de la langue française* de Du Bellay (debate europeu esse que, recordemo-nos, tem correspondência em vários pontos d' *Os Lusíadas*; p. ex. I, 3 e V, 22-23),² viu-se diminuído, em Portugal, pela premência de defesa simultânea da tríade patrimônio literário, lingüístico e político, e abre um precedente para observar no esforço de estabelecer um cânone algo mais *reativo* que *proativo*. Essa característica *conservadora* dará a tônica do processo de construção canônica em Portugal, e mesmo no Brasil, nos séculos vindouros.

Não fundamentalmente diferente é a situação da crítica no neo-classicismo português *vis-à-vis* à proteção do sistema literário frente aos modismos culturais no limiar de uma nova era

² Se na primeira dessas estrofes, a superação do “arquivo” clássico é declarada (“Cessem do sábio Grego e do Troiano/ As navegações grandes que fizeram;/ Cale-se de Alexandro e de Trajano a fama das vitórias que tiveram;/ Que eu canto o peito ilustre Lusitano,/ A quem Netuno e Marte obedeceram;/ Cesse tudo o que a Musa antiga canta,/ Que outro valor mais alto se alevanta.”), nas segundas a primazia da experiência sobre a teoria, e por extensão da atualidade sobre a tradição, patenteia-se: “Vejam agora os sábios na escritura/ Que segredos são estes de Natura!// Se os antigos filósofos, que andaram/ Tantas terras, por ver segredos delas,/ As maravilhas que eu passei, passaram,/ A tão diversos ventos dando as velas,/ Que grandes escrituras que deixaram!/ Que influência de *sinos* e de estrelas!/ Que estranhezas, que grandes qualidades!/ E tudo sem mentir, puras verdades.”)

histórica, o Romantismo, que viria, como é consabido, alterar as condições de legibilidade do texto poético. As gerações de poetas neo-clássicos produziram copiosos textos de preceptiva. Nicolau Tolentino, Correia Garção e Filinto Elísio testemunharam a crise de atração que sobre os mais jovens exercia a cultura clássica em função da mudança da mentalidade no final do Antigo Regime, e a concomitante voga de modismos, principalmente de origem francesa, que invadiu o discurso do texto poético no Portugal de D. Maria I, prenunciando o fenômeno denunciado um século depois pela verve de um Eça de Queirós como “O Francesismo”. O terceiro dos poetas mencionados, Filinto Elísio, tanto por sua longevidade como pelo fato de ter se exilado em Paris e aí vivido por décadas a cavalo entre os sécs. XVIII e XIX, acompanhou passo a passo os movimentos esboçados. Em 1790 escreveu uma longa preceptiva, “Carta a Francisco José Maria de Brito”, composta de vinte partes, e da qual a menção dos títulos de algumas delas satisfaz o intuito de ilustrar os tópicos que aqui ressalto:

Parte II: “Origem da língua portuguesa – Seu aumento – Perfeição – Decadência”;

Parte III: “Estudo da língua. –Exemplo das ações estrangeiras, e principalmente a francesa, que tão tontamente imitam os tarelos” (tagarelas);

Parte VI: “Necessidade de estudar a própria língua sobre todas as outras. – Tesouros donde tirar antigos termos: os clássicos portugueses. – Origem donde derivar os novos: os latinos e gregos”;

Parte XII: “Duas causas capitais da corrupção do gosto e da linguagem: 1ª- A dominação castelhana: 2ª- A guerra da aclamação” (cf. TORRES, 1977: 437 *passim*)

Na verdade, a cruzada de Filinto Elísio contra o abastardamento da língua e a favor da recuperação do prestígio e legibilidade de autores clássicos antigos e portugueses numa plêiade maior do que a presença magmática de Camões significou para as gerações de *circa* 1630, representa um esforço de estabelecimento de um cânone moldado segundo o cenário ao qual ele estava habituado, o francês. Sua chamada de atenção aos efeitos deletérios dos modismos literários visa redimensionar o papel da literatura, e particularmente da poesia, na formatação de um espírito nacional independente e cioso de suas origens e sua língua. Ainda assim, o positivo dessa atitude fica comprometido com a assunção de um estado de coisas, na poesia mas também para além dela, que se sente ameaçado pelo poder superior de culturas externas, e que reconhece não apenas a não equivalência da nacional frente às estrangeiras, mas também a sua estrutural fragilidade, anunciando uma espécie de “síndrome de pânico” frente a uma sensação de iminência de desaparecimento mais distorcida do que real, como se magnificada por uma lente de aumento. Seu ponto de vista não é apenas conservador: é, em menor grau, também paranóide. Dessa forma, o esforço de construção de um cânone nacional é inoculado com o bacilo do medo da contaminação e perda do sentido histórico. Assim como nos defensores de Camões no séc. XVII, compreensivelmente preocupados com a questão nacional portuguesa no contexto do Império Espanhol e, passados cento e cinquenta anos, na cruzada casticista de Filinto Elísio, súdito de um império português recobrado e florescente, a formulação básica no trato da república das letras ainda continua a ser, fundamentalmente, política. Os valores especulativos do *quid* literário, nesse arco, devem submeter-se ao desígnio de resistência política de um sistema cultural que se sente ainda ou crescentemente pouco à vontade na arena da sua contemporaneidade. A versão do passado

que se deve enfatizar, nesse desígnio auto-defensivo e tingido de paranóia, não surpreendentemente tem que ser compacta, simples, e claro, viril. Para combater os especiosos franceses e os janotas afrancesados, nada melhor do que respaldar-se nos “barões assinalados” do grande momento anterior a 1580.

O ranço dessa posição ecoa ao longo da história literária de Portugal –e também na do Brasil-. Nessa visão de passado, deve-se sublinhar, não cabem os poetas barrocos, que escreviam a partir de um código europeu cosmopolita e –anátema!- muitas vezes na língua do inimigo (*i.e.*, em castelhano), nem os fracos de espírito –já seja aquelas mulheres que compunham encerradas em seus conventos, como as monjas da dita “Casa do Prazer” que se correspondiam com a jerônima novo-hispana Sórora Juana Inés de la Cruz, como já tive a oportunidade de estudar em outro ensaio (COSTA: 1998, 405-413), já seja todo aquele que contestasse a essência masculina e estóica de António Ferreira, de João de Barros, de Luís de Camões. Se um Francisco Manuel de Melo ou, principalmente, um Padre Vieira escapam e são resgatados como espíritos afins a esse universo compacto que é também hetero- e falocêntrico, pois, leia-se tão somente o que a crítica escreveu contra a poesia barroca nos séculos XVIII e XIX, para nos darmos conta de que forma e com que intensidade a poesia, e mesmo a poética barroca é expelida do passado através de uma ética-estética mais preocupada em construir o mito da originalidade e em desenhar a fragilidade da cultura lusitana do que em encarar livre de preconceitos a literariedade mesma da problemática herança barroca.

Não nos surpreendamos, outrossim, à luz dos dois momentos de revisão canônica mencionados, que o Romantismo tenha mantido o mesmo signo para reger a sua. Lembremos, nesse sentido, que o poema “Camões” (1825) de Almeida Garrett foi, conforme frisado pela historiografia literária, o introdutor desse movimento em Portugal. Mais uma vez, a situação política portuguesa -depois da Guerra Peninsular e eventos conexos como a ida da família real ao Brasil-, terá dado o mote para a simbolização e simbiotização da defesa do binômio nacionalidade + literatura nacional ao redor da vida e da obra do vate luso por antonomásia, como se não fosse possível pensá-las sem a sua mediação. Tão freqüente é chamar a atenção sobre esse tópico que me eximo, aqui, de enfatizá-lo; no entanto, retomo, para ilustrá-lo, uma configuração literária, proveniente do romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago (1984), cuja personagem lê inconclusivamente um outro romance, *The God of the Labyrinth*, enquanto passeia por uma Lisboa que tem como marco a estátua de Camões no largo homônimo, espaço que faz parte da simbologia de um poema central da língua literária, que é “O sentimento de um ocidental” de Cesário Verde (1888), onde

(...) num recinto público e vulgar,

com bancos de namoro e exíguas pimenteiras,

Brônzeo, monumental, de proporções guerreiras,

Um épico de outrora ascende, num pilar.

Se essa configuração é perceptível em sua resiliência na formação e em sucessivas revisões do cânone literário em Portugal, como foi sua adaptação no contexto de autonomização da

literatura brasileira nesse período? Ora, os cocares e penachos do Indigenismo do *I-Juca-Pirama* e da *Confederação dos Tamoios* não escondem a permanência desse modo de pensar a literatura em conexão (ou em função...) de sua representatividade ou mesmo, utilidade política, modo esse que responde pela concepção e delimitação do cânone brasileiro durante o século dezenove e, ao menos no que tange à formulação acadêmica, durante a maior parte do século passado.

Talvez a mais cabal demonstração da permanência desse vetor de pensamento seja a pervivência do esquema analítico formativista enunciado por Antonio Candido em seu clássico *Formação da Literatura Brasileira* (1959), que não perdeu a sua vigência no Brasil até hoje, ao menos em círculos universitários. Nesse sentido, vale recordar que foi há pouco mais de três décadas, e com a publicação de “Sobre a Razão Antropofágica” de Haroldo de Campos (1980), que se deu impulso para uma revisão canônica brasileira que, ao pontualizar a exclusão do Barroco nessa visão, denunciou a secular vinculação do pensamento literário-crítico ao viés político-nacionalista no Brasil, ensaio esse retomado pelo mesmo autor em *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira* (1989). Comentei sobre essa obra em algumas ocasiões (e.g. COSTA, 1988: 93-7), nas quais friso que o preconizado por Haroldo para o entendimento do Barroco na literatura brasileira, em vez das mônadas de *continuidade*, *exclusão* e *unidade*, que regeram o *ethos* nacional-formativista, é uma visão do literário, tal a assumida na presente análise, como *serialidade*, *inclusão* e *disseminação* (no que, diga-se de passagem, se evidenciam os nexos do pensamento haroldiano com o de Jacques Derrida).

Na linha de pensamento que explorei aqui, a inclusão do Barroco luso-brasileiro, com tudo o que traz de desmontagem das operações canonizadoras, aparece como instrumental para a pluralização de um pensamento capaz de dirigir-se, no século XXI, a questões latentes, mas cuja obnubilação mesma no passado pode ser ressaltada por revisões que tenham por foco a problematização de sua exclusão histórica. Essa é a revisão que está em curso, enquanto tratamos de fazer caber, através de palavras persuasórias –ou mesmo de tratar de enfiar por violência, como pela utilização de um pé-de-cabra- na casa da tradição o registro da palavra homossexual, sistematicamente olvidado nos esquemas canonizadores, pouco estudado pela academia e menos compreendido pelo respeitável público.

A questão, aqui, não é de coincidência temática, mas de coincidência na exclusão ideológica nas montagens tradicionais do cânone, na quais tanto a poesia e a poética do Barroco, como o registro de comportamento tidos como desviantes, como o homossexual ou sexualmente diverso, foram objeto. Mais uma vez de maneira não surpreendente, muitos poetas homossexuais em Portugal e no Brasil, eu inclusive, encontram no dizer Barroco ou barroquizante, já seja assumido modelarmente ou com rentabilidade textual paródica, mais do que um veio: um apoio natural para a sua expressão poética, na contemporaneidade.

Mas isso é já matéria para outro ensaio.

São Paulo-Lisboa, Dezembro de 2012

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul/FAPESP, 2012 (12ª ed.).

- CAMPOS, Haroldo de. “Da Razão Antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira”. In: *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 1992 (4ª ed.).
- _____. *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.
- COSTA, Horácio. “Haroldo de Campos: seguimiento de una irreproachable trayectoria”. In: *Mar Abierto – Ensayos sobre literatura brasileña, portuguesa e hispanoamericana*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998; São Paulo (em edição vertida ao português: *Mar Aberto*, vol. I): Lumme Editor, 2010 (pg. 83-5).
- _____ et al. (orgs.). “O cânone impermeável: Homoerotismo nas poesias brasileira, portuguesa e mexicana do Modernismo”. In: *Retratos do Brasil Homossexual – Fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo), 2010.
- _____. “Eclipse: boi que fala, cataclisma”. In: MESSEDER, S. A. e MARTINS, M. A. M. (orgs.). In: *Enlaçando sexualidades* (vol. II). Salvador: EDUNEB (Editora da Universidade do Estado da Bahia), 2010.
- PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *A crítica camoniana no séc. XVII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (“Biblioteca Breve”), 1982.
- TORRES, Alexandre Pinheiro. *Antologia da poesia portuguesa (séc XII-séc. XX); vol. II (sécs XVII-XX)*. Porto: Lello & Irmão, 1977.